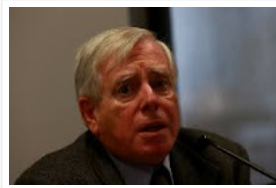


Democracia Política e novo Reformismo

Política e cultura, segundo uma opção democrática, constitucionalista, reformista, plural.

quarta-feira, 21 de junho de 2023

José Eduardo Faria* - O Supremo merecia mais respeito



Folha de S. Paulo

Indicações recentes comprometem isenção, independência e autoridade moral

Como o verso e o reverso de uma moeda, a indicação pelo presidente da República de um novo ministro para o **Supremo Tribunal Federal**, corte encarregada de atuar como guardiã da Constituição, teve dois lados.

O primeiro é de ordem moral. Se **Jair Bolsonaro** justificou sua primeira indicação alegando que precisava ter no STF **alguém com quem pudesse tomar tubaína**, **Lula** afirmou que gostaria de ter na corte alguém que pudesse chamar ao telefone quando quisesse —**este último** deverá ser **sabatinado nesta quarta-feira (21) no Senado**. Oportunismo ou má-fé? Ignorância ou falsa esperteza?

Qualquer que seja a resposta, indicações como essas afrontam os princípios constitucionais da impessoalidade e independência do Supremo, apequenando-o, aparelhando-o politicamente e comprometendo sua isenção, independência e autoridade moral.

O segundo lado envolve a despreocupação do ex e do atual presidente com os riscos de inconsistência técnico-jurídica das tomadas pelos ministros que indicaram. Incapazes de diferenciarem Estado e governo e de separarem governo de partido do governo, Bolsonaro e Lula jamais se preocuparam com a baixíssima qualificação dos nomes que escolheram. Ambos talvez nem saibam que a adjudicatura não pode ser exercida sem um mínimo de competência por quem, apesar de ter sido advogado, carece de conhecimento de teoria do direito e de doutrina, não tem pensamento consolidado e não compreende que pertencer a uma ordem jurídica também implica fruir do reconhecimento da condição humana. Trata-se, por isso, de um perigoso retrocesso institucional.

Como lembra **Frederico de Almeida**, professor de ciência política da Unicamp, em "A Nobreza Togada: as elites jurídicas e a política da Justiça no Brasil", desde a reforma universitária de 1968 e da expansão dos cursos de pós-graduação o STF passou a contar com ministros pós-graduados. Esse fato se tornou evidente após a redemocratização do país. A partir daí,

Apresentação

Uma contribuição para o diálogo entre correntes de opinião política identificadas com as conquistas do Estado Democrático de Direito e com objetivos de reforma social, contra velhas e novas desigualdades.

Editor



Gilvan Cavalcanti de Melo

Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brazil (5/12/1935, Limoeiro (PE)). Na década de 1950 foi dirigente estudantil e, posteriormente, dirigente dos servidores federais, até março de 1964. Colaborava com os jornais pecebistas "Folha do Povo" (PE), "A Hora" (PE) e "Novos Rumos" (Rio). Estudou no Instituto Superior de Ciências Sociais (Moscou). Com golpe militar(1964) esteve preso, em Recife, até julho de 1965. Foi demitido do serviço público (Ato Institucional nº1). Transferiu-se para o Rio de Janeiro, na clandestinidade, até nova prisão em 1970/1972. Respondeu a vários processos na Justiça Militar (UNE/UBES, IAPB, PCB, etc.) e foi condenado a revelia. Esteve exilado no Chile e em Cuba. Foi anistiado com a promulgação da Lei de Anistia de 1979, entre os primeiros 326 da lista, divulgada na imprensa (JB, 31/8/1979). Fez parte da fundação do PPS, (janeiro de 1992). Desde então, faz parte da sua direção nacional. Nos anos de 1980 participou da Cooperativa Brasileira de Cinema e do Conselho Editorial da revista Presença. Hoje, é membro do Conselho Editorial da revista Política Democrática, da Fundação Astrojildo Pereira.

[Ver meu perfil completo](#)

As mais visitadas na semana



Merval Pereira – Multiversos

O Globo Só acreditando em universos paralelos é possível entender que tanta gente continue dando a Bolsonaro apoio consolidado O guru da...

Merval Pereira - Cabo eleitoral

O Globo Pode ser que a direita se fortaleça mais ainda com a saída de

segundo Almeida, 40% dos indicados possuíam o título de mestre e/ou de doutor. E 90% dos ministros que chegaram à corte após a queda da ditadura tinham experiência docente, eram respeitados por seu saber acadêmico, conheciam direito comparado, sabiam enumerar as aporias da hermenêutica jurídica, tinham posição definida acerca do caráter prescriptivo da Constituição e já haviam publicado livros. Em 2007, dos 11 ministros do STF, 9 possuíam o título de pós-graduação stricto sensu e 10 eram professores em respeitadas universidades públicas.

Essa era uma evidência de que atendiam ao requisito constitucional de **notório saber jurídico**. Por mais que essa expressão seja algo imprecisa, aqueles ministros tinham cultura jurídica. Sabiam pensar com método. Havia escrito teses. Vários eram reconhecidos internacionalmente como doutrinadores. Tinham o que falta ao tomador de tubaína, ao **terrivelmente evangélico** e ao advogado pessoal de quem o indicou.

Quem conhece o que esses três pensam acerca de questões jurídicas candentes, após terem saído do baixo clero do universo jurídico para vestirem uma toga na mais alta corte do país?

Sabem eles responder sem consultar o Google qual foi o período histórico em que os direitos humanos assumiram a forma de um elenco sistemático de princípios? Conseguem explicar por que o conceito de política, em inglês, é expresso por três palavras distintas — "polity", "politics" e "policy"? Sabem diferenciar regras e princípios e as implicações hermenêuticas dessa distinção? Partindo da tensão entre universalismo versus relativismo, conseguem desenvolver uma abordagem pluralista dos direitos humanos?

Que a Suprema Corte precisava de nomes com preparo, história e independência, isso é fato. O problema é que o preço do desprezo a essa obviedade é alto, na medida em que abre caminho para todo tipo de oportunismo e casuísmo. A conversão do tribunal em "anexo do governo de ocasião", como afirmou a Transparência Internacional, é uma afronta ao princípio constitucional da autonomia dos Poderes, **comprometendo assim a isenção** e a legitimidade da corte como guardiã da Constituição e garantidora da democracia.

**Professor titular e decano da Faculdade de Direito da USP*

Postado por [Gilvan Cavalcanti de Melo](#) às 09:04:00



Nenhum comentário:

[Postar um comentário](#)

[Postagem mais recente](#)

[Página inicial](#)

[Postagem mais antiga](#)

Assinar: [Postar comentários \(Atom\)](#)



Bolsonaro. O presidente Lula pode se preparar para a batalha eleitor...



Elio Gaspari - De Asmodeu@trevas para Lula@gov

O Globo Vou direto ao ponto: Se você quiser pacto comigo, eu quero o Ministério da Saúde. Por menos, não tem acerto Lula, você nunca me...



Elio Gaspari - Lula está como gosta

O Globo Ele restabeleceu a postura internacional do presidente brasileiro Lula embarcou para a Itália e a França. Em Roma, verá o Pa...



Celso Rocha de Barros* - Cid não planejou golpe sozinho

Folha de S. Paulo Ajudante de ordens tentou organizar 'golpe-festa surpresa' a Bolsonaro Na semana passada, a Polícia Federal ...



Demétrio Magnoli - República dos amigos

Folha de S. Paulo Cristiano Zanin não cumpre o 'notável saber jurídico' requerido para o STF "Não é democrático o president...



Merval Pereira - Aparência que não engana

O Globo Um ministro do Supremo que é aprovado da maneira como Zanin foi torna-se parte de um grande conluio, implícito na maneira "amigável...



Fernando Gabeira - Bolsonaro fora do jogo, uma decisão histórica

O Globo A ligeira queda na intensidade da polarização pode aumentar a esperança de terceiros, que no passado não conseguiram espaço para c...



Luiz Carlos Azedo - Abulia de Bolsonaro frustra seus aliados

Correio Braziliense O ex-presidente parece conformado com a sua própria situação política, diante da iminente condenação pelo TSE por aten...



Hélio Schwartzman - Sobressaltos castrenses

Folha de S. Paulo Lula dificilmente baterá de frente com os militares, de modo que golpismo endêmico permanecerá nas casernas As mensag...

Observador Político - Luiz Werneck Vianna

- [Observador Político 2019](#)
- [Observador Político 2018](#)
- [Observador Político 2017](#)
- [Observatório Político 2016](#)
- [Observador Político - 2015](#)
- [Observador Político - 2014](#)
- [Observador Político 2013](#)
- [Observador Político 2010](#)